

Habitação e acampamentos Kaingang hoje e no passado

*Wilmar R. D'Angelis e Juracilda Veiga**

Resumo

O presente estudo foi produzido em 1998 para atender, em primeiro lugar, a uma consulta de professores indígenas do Rio Grande do Sul. Apresenta uma descrição dos tipos de habitações mais comuns, atualmente, em áreas indígenas dos Kaingang, e ocupa-se, principalmente, de uma revisão bibliográfica que pretende esclarecer qual teria sido a típica habitação Kaingang no passado. Para tanto, trabalhamos com mais de uma dezena e meia de fontes diretas, além de interpretar a pesquisa arqueológica pertinente.

Palavras-chave: acampamento Kaingang, habitação, Funai.

Os Kaingang

O povo Kaingang habita há séculos o sul do Brasil. Sua população atual, de aproximadamente 25 mil pessoas, distribui-se em cerca de 30 áreas diferentes (a maioria delas demarcadas) dispersas pelos estados de São Paulo (2 áreas), Paraná (12), Santa Catarina (4) e Rio Grande do Sul (12). Com tal população, os Kaingang sozinhos representam mais de 40% do total dos povos de língua Jê¹. Os contatos “amistosos” de grupos Kaingang com a sociedade luso-brasileira iniciam-se por volta de 1812 na região de Guarapuava, no centro do Paraná. Os últimos grupos “pacificamente” contatados foram os Kaingang de São Paulo, na região dos rios Feio e Aguapeí, em 1912.

Como moram atualmente os Kaingang?

Quem visita uma área indígena Kaingang hoje em dia vai encontrar as famílias Kaingang vivendo em casas de alvenaria, em casas de madeira ou em casas de pau-a-pique, cobertas de folhas de coqueiro ou sapé. Há uma grande variedade de padrões, que se referem normalmente às condições econômicas de cada comunidade e de cada família. Podem-se encontrar, em comunidades Kaingang atuais, casas de alvenaria com cobertura de telhas de cimento amianto (como “brasilit” ou “eternit”), casas de madeira com o mesmo tipo de cobertura, ou cobertas de zinco, ou cobertas com telhas de barro ou, ainda, cobertas de “tabuinhas”. Mas também encontram-se, em muitas áreas, casas ou ranchos de pau-a-pique, em geral com cobertura de folhas vegetais. É claro, dada a situação de penúria de muitas famílias, encontram-se também nas áreas indígenas (ou em acampamentos indígenas nas periferias de cidades), abrigos feitos de lona, papelão, compensados e outros materiais de aproveitamento. Mais raramente, hoje em dia, encontram-se também em algumas áreas casas com parede de trançado de taquaruçu (ver foto 1).

Seja qual for o tipo de material de cobertura, os Kaingang adotam em suas casas quase invariavelmente um padrão de duas águas (ver fotos 2 e 3).

As casas em uma aldeia Kaingang costumam estar espalhadas pelo território, dispostas mais ou menos de acordo com a proximidade das roças de cada família, e formando núcleos geralmente em torno de um “tronco” velho, ou seja, um chefe de grande família. No entanto, alguém que visite hoje, pela primeira vez, uma área Kaingang estranhará a disposição das casas na forma de arruamentos e pequenas vilas. Em alguns casos essas aldeias lhe parecerão semelhantes a vilas de comunidades brasileiras, e, em outros, semelhantes ao enfileiramento das casas padronizadas de trabalhadores ferroviários ou de certas indústrias (por exemplo, madeireiras) no sul do país. Isso se deve a iniciativas dos órgãos indigenistas oficiais (o SPI, até 1967, e a Funai depois disso), que em certas circunstâncias construíram “conjuntos” de casas para famílias indígenas em determinadas comunidades. Por exemplo, nos anos 50 e 60, nos Postos de Ligeiro e Carreteiro, no Rio Grande do Sul, o SPI construiu verdadeiras aldeias-vila, em formato retangular, com casas de madeira padrão, todas pintadas de branco, para exibir o resultado de seu trabalho “modelo” de “proteção” aos índios. Ao mesmo tempo, das mesmas áreas o SPI vendia, a madeireiros gaúchos, grandes quantidades de pinheiros, por processos de licitação através dos jornais do estado. Em outros momentos, o mesmo SPI, e sobretudo a FUNAI nos anos 70, construiu séries de casas de madeira padrão, cobertas de telha de barro, exatamente para obter das comunidades indígenas a concordância com a exploração das madeiras de suas terras. Em alguns casos, as casas foram construídas (com madeira de 3ª qualidade) pela própria madeireira a quem o SPI ou a Funai venderam o patrimônio florestal da área indígena (em geral, os pinheiros, mas também imbuia no Paraná, sassafrás em Ibirama, e ainda, cedro, louro, cabreúva etc.). Essas iniciativas, porém, em geral não suplantavam um terço ou, quando muito, a metade das famílias indígenas de uma área.



Foto 1: Família de Ortêncio Constante Canheró, Aldeia do Rio Várzea (RS)

Foto: Juracilda Veiga (1997).



Foto 2: Moradia Kaingang, Rio da área indígena de Inhacorá (RS)

Foto: Juracilda Veiga (1997).



Foto 3: Moradia Kaingang, aldeia do Rio várzea (RS)

Foto: Juracilda Veiga (1997).

Entre fins da década de 60 e meados dos anos 70, o “padrão Funai” de construção para os índios era uma casa de aproximadamente 6x5m, completada com uma cozinha anexa, em chão batido, medindo aproximadamente 2x1,5m, cobertas de telha de barro, em madeira de má qualidade e sempre pintadas de branco (ver foto 4). A partir do final dos anos 70 o “padrão Funai” passou a variar, conforme a região. Em algumas áreas do centro do Paraná construíram-se casas de placas de cimento pré-moldado, cobertas de “eternit”, em dois tamanhos padrão, em torno de 4x4m ou 5x4m. Em Santa Catarina e no sudoeste do Paraná, na mesma época, quando chegava ao auge a exploração madeireira pelas serrarias da própria Funai em áreas como Xapecó e Mangueirinha, construíram-se casas em tamanho maior, com cerca de 7x8m, cobertas de telhas de cimento amianto, sempre pintadas de azul.



Foto 4: Casa “padrão Funai”, anos 70. Aldeia Pinhalzinho, P. I. Xapecó (SC)

Foto: Wilmar D'Angelis (1993).

A Funai consagrou, nos anos 70, o enfileiramento de tais casas padrão ao longo das estradas de acesso às áreas, muitas das quais são, hoje, movimentadas rodovias com asfalto. Em muitos casos, as casas “originais” construídas pela Funai já apodreceram, sendo algumas vezes refeitas pelos índios, no mesmo local, com o próprio material reaproveitado (resultando em casas menores do que as primeiras) ou, outras vezes, substituídas por um rancho ou outra casa construída com material de segunda mão, negociado pelas próprias famílias. Entre outras dificuldades e inconvenientes desse

tipo de “arruamento”, está o quase impedimento que provoca, para as famílias indígenas, da criação solta de pequenos animais, como galinhas e porcos. A partir dos anos 80 tornou-se mais comum que a construção de casas padrão de madeira pela Funai para famílias indígenas, quando acontece, obedeça à localização já estabelecida ou, de qualquer modo, escolhida pela família interessada.

A partir de meados dos anos 90, por convênios com a Fundação Nacional de Saúde (FNS), a Funai tem levado a diversas comunidades indígenas (de fato, quase sempre apenas na aldeia ou núcleo residencial principal, próximo da sede administrativa do Posto Indígena) a captação e rede de distribuição de água encanada, introduzindo também os chamados “módulos sanitários” (tanque lavapropas, chuveiro e vaso com fossa sanitária).

Como os Kaingang moravam antigamente?

As formas atuais de habitação e de distribuição das casas Kaingang por suas terras levam os próprios índios e muita gente que os conhece a se perguntar como teriam sido, antigamente, as habitações desse povo, e como se organizavam suas casas nas aldeias.

Nos documentos escritos mais antigos que descrevem comunidades Kaingang encontram-se algumas informações e descrições de suas casas tradicionais². No entanto, há descrições bastante diferentes, que parecem referir-se a tipos de ocupação distintas. Em alguns documentos encontramos informação sobre casas que, pela descrição, nos lembram as casas indígenas que vemos em fotos do Parque do Xingu ou de outros pontos da região amazônica. Em outros documentos, as descrições se referem a um formato totalmente diferente de construção, e isso sugere dúvidas sobre qual teria sido, de fato, a forma própria das habitações Kaingang: poderia não haver unidade cultural Kaingang quanto a isso, e grupos de regiões diferentes construía habitações diferentes? ou seria melhor explicar as diferenças relacionando cada relato com a época em que foi escrito e a situação das relações de “contato” do grupo

Kaingang em questão com a sociedade ocidental envolvente? Acrescente-se a isso a existência, na região de ocupação tradicional dos Kaingang e Xokleng, das chamadas “casas subterrâneas” e as relações estabelecidas por muitos arqueólogos entre o tipo de cultura presente naquelas casas e a cultura dos grupos indígenas Jê no Sul do Brasil, ou seja, dos Kaingang e Xokleng. Seriam também as “casas subterrâneas” uma forma própria de habitação Kaingang? seriam mais antigas ou contemporâneas das outras casas, não-subterrâneas, descritas em muitos documentos?

As casas subterrâneas

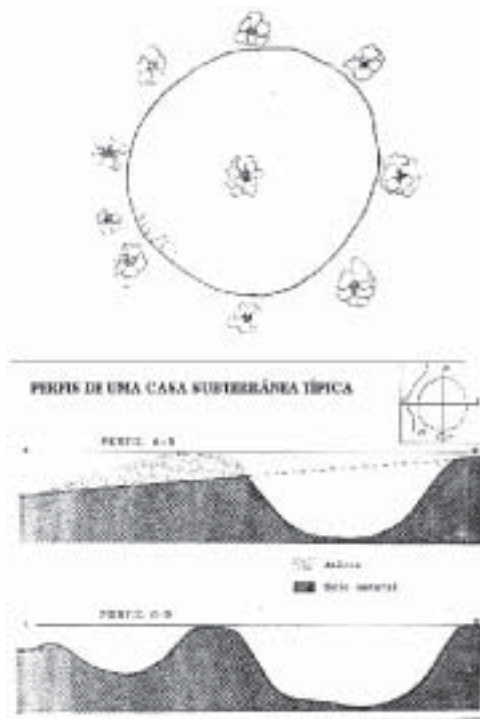
A arqueologia do sul do Brasil tem dado atenção, desde a década de 60, a um tipo muito especial de antiga ocupação humana encontrada em muitos pontos de planalto nos estados de São Paulo, Paraná e, principalmente, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além de alguns achados semelhantes próximos ao litoral, no sul de Santa Catarina.³

Trata-se de verdadeiras casas circulares, escavadas na terra: em alguns casos, em rocha basáltica (SCHMITZ et al., 1988, p. 24), em outros, em basalto composto ou rocha mole de arenito (SCHMITZ, 1988, p. 92; ROHR, 1984, p. 82). Suas dimensões são variáveis; os registros mais importantes revelam estruturas com tamanhos médios entre 2 e 13 metros de diâmetro⁴, com profundidade média de 2,5 a 5 metros de altura⁵, havendo casos registrados de 4 e até 6 metros de profundidade⁶.

Segundo a descrição de vários pesquisadores, com base nas casas melhor conservadas, sobre a cova circular que delimitava a casa, erguia-se uma cobertura de folhas sustentada em uma armação de madeira, em parte fixada na base da casa, e em parte fixada nas bordas laterais da cova, inclusive com o auxílio de pedras (ver gravuras 1 e 2). Em algumas casas os arqueólogos mencionam ter encontrado um revestimento de piso e, em outras, revestimento em pedra nas paredes ou parte delas⁷.

Ainda que em um número significativo de sítios arqueológicos se encontrem casas subterrâneas isoladas, é comum serem encontrados conjuntos dessas casas, seja formando pares, seja formando verdadeiras aldeias de mais de 5 casas, sendo vários os agrupamentos entre 8 e 10 delas⁸, e havendo, mesmo, casos de mais de 20 casas em um mesmo lugar.⁹ O espaçamento entre essas casas varia de 1 a 10 metros, em média.¹⁰ Ainda que alguns arqueólogos tenham sugerido que as casas subterrâneas não teriam sido, de fato, casas de habitação, mas apenas centros cerimoniais, a posição mais comum e sustentável indica que realmente essas estruturas eram as residências dos grupos humanos que as construíram. O arqueólogo André Prous também descarta a hipótese de que as casas maiores fossem apenas centros cerimoniais, enquanto as menores seriam de moradia, uma vez que, com frequência, as casas maiores ocorrem isoladas ou estão presentes justamente nos menores conjuntos de casas subterrâneas¹¹.

Disposição dos suportes do vigamento do telhado



Gravura 1: Croquis de casas subterrâneas do Rio Grande do Sul

Fonte: Schmitz (1967).

É importante, porém, observar-se a época em que as casas subterrâneas foram construídas e habitadas, para pensarmos na relação delas com outras formas de habitação antigas dos Kaingang. A arqueologia brasileira tem relacionado as casas subterrâneas com o que convencionou chamar de “tradição Taquara-Itararé”. Segundo Prous, para essa tradição

[...] até há pouco, as datações mais antigas eram exclusivamente do Rio Grande do Sul, entre o primeiro e o sexto século de nossa era. Várias outras obtidas para o mesmo estado, Argentina e Paraná eram do século XIV, e duas do início do período histórico. Recentemente, datações de 475 AD (fase Candoi) e 500 AD na Argentina vieram mostrar que a cultura das casas subterrâneas desenvolveu-se em diversas regiões, grosso modo, na mesma época, e não se pode descartar a possibilidade de aparecerem, com as novas pesquisas, datações tão antigas quanto a, isolada por enquanto, de 140 AD para a fase Guatambu, cujo término foi datado de 1790 AD. (PROUS, 1992, p. 328)



Gravura 2: Desenho esquemático de casa subterrânea

Fonte: Meliá (1984).

Das pesquisas levadas a cabo por Schmitz no nordeste riograndense na década de 60, em um conjunto de três casas subterrâneas no município de Caxias do Sul as ocupações mais antigas foram datadas em 1520 anos antes do presente¹² – ou seja, foram situadas por volta do ano 440 d.C. – e as mais recentes datadas em 840 anos (com margem de erro de mais ou menos 60 anos), ou seja, situaram-se por volta do ano 1.110. Em casas subterrâneas próximas de Passo Fundo, no norte riograndense, pesquisa realizada também nos anos 60 conclui que sua ocupação se dera cerca de 1300 anos antes do

presente, ou seja, por volta do ano 650 d.C. (com margem de erro de mais ou menos 70 anos). No Paraná, a datação mais antiga de casas subterrâneas indica seu uso por volta do ano 475 d.C. e mostram as ocupações mais recentes em torno do ano 1480.¹³

Segundo o arqueólogo Padre Rohr,

as casas subterrâneas são atribuídas às populações Jê ou Caingang, que ocupavam o planalto antes da conquista e representam uma invenção engenhosa do homem pré-histórico contra as nevascas e os ventos gelados dos invernos rigorosos das grandes altitudes (ROHR, 1984, p. 82).

As datas informadas acima significam, por um lado, que a habitação em casas subterrâneas, além de ser um hábito cultural iniciado por grupos indígenas no sul do Brasil há muitos séculos, perdurou igualmente por muitos séculos; provavelmente algo acima de mil anos. É curioso notar, por exemplo, que em algumas casas pesquisadas por arqueólogos, calculou-se que ocorreu uma ocupação “recente” por volta do século XII (isto é, por volta do ano 1100), mas alguns centímetros de terra escavada abaixo dela revelaram marcas de uma ocupação mais antiga, calculada em torno do século VII (isto é, por volta do ano 600 d.C.). Por outro lado, as datas acima mostram que o sistema de habitação em casas subterrâneas deve ter sido abandonado também há centenas de anos. Ao que tudo indica, pelo menos há 400 ou 500 anos.

Sendo assim, e considerando as conclusões da arqueologia sobre a cultura indígena que habitava as casas subterrâneas, pode-se sugerir que essa foi a forma de habitação comum dos povos Kaingang e Xokleng antes da adoção de um padrão de casas de superfície, talvez há 500 anos. É verdade que a maior parte dos complexos de casas subterrâneas já estudadas pela arqueologia encontra-se na região em que, a partir do século XVIII, situa-se a ocupação preferencial dos Xokleng (ver mapa 1). Isso não significa que as casas subterrâneas não existam em território considerado tradicionalmente Kaingang, embora aí os estudos arqueológicos sejam bastante escassos. É fato, também, que a separação geográfica entre Kaingang e Xokleng é bastante imprecisa e, mesmo, em boa parte, temerária: ainda que funci-

one para a distribuição das comunidades encontradas na segunda metade do século XX, tudo indica que não corresponde à complexa realidade de ocupação indígena do sul do país antes desse século.

Por outro lado, nem a Arqueologia, nem a História, tampouco a Etnologia estão ainda em condições de decidir sobre a época da diferenciação cultural, lingüística e política ocorrida historicamente entre os Kaingang e Xokleng. Nada, por enquanto, impede que ela seja situada depois da mudança do padrão de habitação, ou seja, da passagem de casas subterrâneas para casas de superfície ou, mesmo, de alguma forma, concomitante a essa passagem.¹⁴

As habitações de superfície: grandes casas

A tomada, pelos brancos, dos vastos territórios Kaingang, tem um marco expressivo na conquista de Guarapuava, efetivada no início do século XIX. A partir dessa época é que podemos encontrar documentos escritos que descrevem esse povo, seus hábitos e – para o que nos interessa nesse texto – suas habitações.

A expedição do Tenente Coronel Afonso Botelho de Sampaio e Souza, a quem se atribui a “descoberta” (portuguesa) dos campos de Guarapuava em dezembro de 1771, e que manteve contatos com grupos indígenas, mencionando troca de presentes com eles e visita aos seus “alojamentos”, deixa de descrever o aspecto externo, seja dos índios e suas vestimentas ou adornos, seja de suas casas e objetos. Dos documentos escritos dessa expedição, o que mais se aproxima disso é a seguinte passagem de um relato escrito pelo cadete Francisco Olinto de Carvalho:

Na 2ª feira [16 de dezembro de 1771] logo de manhã, juntos os cavalos, partimos seguindo o caminho do gentio, e passando pastos impertinentes para os cavalos. Mais de légua avistamos em um alto, um grande rancho do gentio, onde chegamos, achamos deserto de poucos dias. Nele foram vistas várias alcofas em que guardam seus pobres trastes, entre os quais a simitrunfa de penas [não mal tecida], uma fita branca à maneira de liga trançada, dois

novelos de fios muito bem afiados, panelas, porongos, mel caracachas e outras coisas com que costumam fazer festejos nas fontes vizinhas ao Lago dos Pinhões. [...] Prosseguindo estava em um capão uma roça de alqueire de planta de milho, e logo vários alojamentos e uma queimada. A três léguas outros três ranchos grandes que acomodam 150 pessoas e um pequeno, onde pousamos, pelas 2 da tarde. (Cadete Francisco Olinto de Carvalho apud CARNEIRO, 1992, p. 91-92).

Mapa 1: Casas subterrâneas, regiões de maior ocorrência



Fonte: D'Angelis (2000).

A expedição de Afonso Botelho retira-se de Guarapuava em janeiro de 1772, tendo perdido 7 homens, mortos em ataque dos índios. O mapa dessa expedição indica a aldeia indígena visitada como "Aldeamento do gentio Xaclan".¹⁵

As primeiras relações mais ou menos amistosas¹⁶ estabelecidas entre os Kaingang de Guarapuava e primeiros ocupantes brancos em seu território se deram 40 anos depois, com os membros da Real Expedição de Conquista de Guarapuava, que eram em parte soldados, em parte criminosos e criminosas sentenciados ao degredo.¹⁷ A Expedição, obrigada a produzir relatórios e a comunicar-se por escrito com seus superiores, não tinha qualquer interesse quanto aos povos indígenas que não fosse submetê-los e torná-los um obstáculo a menos na tomada do território. Desse modo, não se ocuparam, em seus relatórios, com informações sobre a cultura indígena. Mesmo o Padre Francisco das Chagas Lima, nomeado capelão da Real Expedição, e que buscou realizar trabalho catequético entre os índios de Guarapuava, em seus importantes relatos sobre a conquista portuguesa daquele território¹⁸ não descreve, em nenhum momento, as casas indígenas.

Uma das primeiras descrições de uma grande casa Kaingang aparece em um relatório do engenheiro alemão Franz Keller, a serviço do governo imperial, com data de 1867. Tratando dos índios habitantes dos aldeamentos de São Pedro de Alcântara e São Jerônimo (nas margens do médio Tibagi, onde atualmente estão as áreas Kaingang de Apucarana e São Jerônimo, no norte paranaense), aos quais chamou de "*Ca-en-gagn ou Coroados*", Keller informa:

Os ranchos deles, cobertos de folhas de palmeira, apresentam na secção uma forma ogival mais pontuda, isto é, são mais altos em proporção da largura do que os dos Cayoás. O chão batido tem um declive suave dos dois lados para o centro, em conformidade com a inclinação necessária para as camas, representadas por imensos pedaços de casca grossa de um pau, e tão lisas que parecem tapetes de caoutchouc ou gutta-percha. A rede do Guarani e do Cayoá é-lhes desconhecida. No

meio das duas fileiras de camas fica uma passagem livre, onde cada família faz o fogo para o preparo das comidas (KELLER 1974 [1867], p. 17).

Uma outra descrição da mesma época, igualmente importante, é a que faz o viajante inglês Thomas Bigg-Wither, falando de sua visita aos Kaingang habitantes do alto Ivaí (na região do atual Posto Guarapuava, no centro do Paraná). A informação de Bigg-Wither coincide com a de Keller, com a vantagem de acrescentar detalhes precisos sobre o tamanho das habitações que descreve:

Guiados pelo próprio cacique, visitamos todas as palhoças, em número de quatro. Essas palhoças eram retangulares no plano, embora fossem de tamanhos diferentes, todas de largura e altura uniformes, sendo a largura de 15 pés¹⁹. A maneira de construir era peculiar e de difícil descrição. A armação consistia de vergõntes verdes, com um comprimento de 16 a 18 pés, enfiadas no chão num espaço de 2 pés entre uma e outra, em duas linhas paralelas, com uma distância de 15 pés. Estas vergõntes, nas palhoças prontas, eram curvadas em direção uma da outra, até que as pontas se encontrassem. Nesta posição eram amarradas a um pau que servia de cumieira, colocado em cima, ao comprido. Havia outros paus, servindo de sarrafos, amarrados, horizontalmente sobre as vergõntes curvadas. A cobertura era de folhas de palmeira, que vinham desde a cumieira até o solo. As duas extremidades da palhoça eram tapadas com uma armação de varas de bambu, também cobertas de folhas de palmeira. A diferença estava em que, enquanto os lados eram curvos e formavam o telhado e a estrutura principal da palhoça, as extremidades eram de paredes retas, sem serem absolutamente necessárias como sustentáculo do resto da estrutura. Havia em cada lado uma abertura estreita para entrada e saída, coberta de folhas de palmeira, de maneira tal que, ao entrar ou sair uma pessoa, a única coisa a fazer era puxá-las para um lado.

E conclui o autor:

Essa é a palhoça comum de todos os índios da tribo dos Coroados, quer selvagens ou mansos. Encontramos palhoças exatamente iguais a essas habitadas pelos Coroados selvagens que vivem em Corredeira do Ferro e, então, quando, dois anos mais tarde, visitei mais outras tabas de índios do Rio Tibagi, achei que os ranchos não eram diferentes dos de Colônia Teresa. (BIGG-WITHER [1878], 1974, p. 142).

A descrição desse autor prossegue, falando do interior dessas casas:

A disposição interna era muito simples. Dos dois lados havia carreiras de folhas secas de palmeiras. Estas eram as camas dos índios, que dormem dez ou doze juntos em um rancho, com a cabeça voltada para o lado e os pés virados para o meio da palhoça. No centro havia uma passagem de cerca de 2 pés e 6 polegadas de largura²⁰ e, ao longo da mesma, ardia uma fogueira ou mais.

A descrição de Bigg-Wither da construção Kaingang, com os tamanhos transformados para o sistema métrico, seria a seguinte:

A maneira de construir era peculiar e de difícil descrição. A armação consistia de vergõteas verdes, com um comprimento de 4,80 a 5,50 metros, enfiadas no chão num espaço de 60 centímetros entre uma e outra, em duas linhas paralelas, com uma distância de 4,50 metros. Estas vergõteas, nas palhoças prontas, eram curvadas em direção uma da outra, até que as pontas se encontrassem. Nesta posição eram amarradas a um pau que servia de cumieira, colocado em cima, ao comprido.

Na falta de ilustrações da época, observe-se a foto a seguir (foto 5), feita por Egon Heck em uma aldeia dos Enauenê-Nauê, no Mato Grosso, há poucos anos. Nela se vêem três casas cujo formato coincide com as descrições das grandes casas dos Kaingang registradas por Keller e Bigg-Wither.



Foto 5: Aldeia Enacenê-Nacê (MT)

Foto: Egon Heck.

Também da segunda metade do século XIX, para a região do norte do Paraná, existe uma descrição de habitação Kaingang pelo capuchinho italiano Frei Luis de Cimitile, que confirma as informações acima, embora seja pouco detalhada:

Habitam esses índios em cabanas cobertas com folhas de palmeiras, tendo diferentes tamanhos, conforme o número dos indivíduos, e quase sempre nas colinas na distância de duzentos a trezentos metros longe d'água. Nunca deixam repartimento algum, mas conservam espaço de três a quatro palmos de largura e de todo o comprimento da cabana para o fogo que continua aceso dia e noite. Em ambos os lados da cabana estendem grandes cascas de árvores as quais servem de assento, mesa e cama onde dormem enfileirados com os pés sempre para o lado do fogo, e sem distinção de sexo (CIMITILE, 1882, p. 275).

Sobre a duração dessas casas, escreve o mesmo Frei Cimitile:

Conservam as cabanas unicamente até se ficar inabitáveis por causa das imundícies, tanto internas quanto externas; acham que é mais fácil queimar a velha e construir uma nova a ter trabalho de caçar os bichos de pés e as pulgas que os atormentam, ou fazer a limpeza necessária para afugentar esses insetos; muitas vezes, sem esses motivos, as cabanas não duram muito tempo porque, tendo alguma dúvida entre eles, a primeira vingança é queimar a casa do contrário (CIMITILE, 1882, p. 282).

Ainda segundo o capuchinho, “em cada cabana grande há um ou dois índios que governam os mais dos inquilinos”.

Da mesma época, e sobre a mesma região, é importante registrar a descrição de uma grande casa Kaingang feita por Telêmaco Borba, que dirigiu o aldeamento de São Pedro de Alcântara, no norte paranaense, de 1863 a 1873²¹:

Quando encontram local abundante em caça e mel, aí constroem grandes ranchos de 25 a 30 metros de comprimento, cobertos e tapados com folhas de palmeiras, sem repartição alguma, tendo apenas nas duas extremidades uma pequena abertura por onde mal pode passar um indivíduo abaixado. No centro cada família acende a sua fogueira. Homens, mulheres e crianças dormem promiscuamente, enfiados em cascas de árvores estendidas no chão, com os pés para o lado do fogo. Nunca varrem os seus ranchos. Quando estes ficam sujos e cheios de pulgas, então os queimam e constroem outros (BORBA, 1883, p. 22).

Para a segunda metade do século XIX existe uma descrição Kaingang feita por Reinhold Hensel de uma casa, o qual visitou o toldo de Caseros, no norte do Rio Grande do Sul, em maio de 1865. O artigo de Hensel, publicado em alemão em 1869, foi republicado em português, no Brasil, em 1928. Nele pode-se ler a seguinte descrição:

As suas choças são montadas sobremaneira elegante e asseadamente e se distinguem com vantagem das dos brasileiros mais pobres. Como base da construção servem dois troncos fracos, cuja extremidade superior está bifurcada. Conforme o comprimento da choça, eles são enterrados pela extremidade inferior. Sobre as forcas é colocada uma barra a qual assim forma a cumieira da choça. Ao longo dessa linha central estão, do lado, duas estacas, uma na frente, outra atrás, fincadas no chão, estando também bifurcadas em cima, porém só atingem a altura de 2 - 3 pés²². Sobre elas também estão barras que suportam a borda inferior do telhado. Sobre este andaime então é colocado o vigamento ou taipa, muito semelhante ao de nossas casas. O telhado é formado de capim seco, comprido e é bem idêntico aos telhados de capim

comprido, assim como se encontra em nosso país [nota: na Alemanha] no campo. As paredes laterais baixas da casa e a cumieira bastante alta se compõem de sarrafos semelhantes aos do telhado; em cima também são cobertos daquele capim pelo exterior. A porta se encontra numa das fachadas (HENSEL, 1928, p. 70-71).

Como se vê, trata-se de uma construção ligeiramente distinta das descrições vistas acima. No entanto, também para o Rio Grande do Sul nos meados do século XIX existe uma referência do Cônego João Gay que, mesmo que pouco detalhada, parece confirmar o modelo descrito por Keller, Bigg-Wither e outros. Segundo ele, as casas dos Kaingang seriam:

formadas de estacas, forradas e cobertas com as folhas da palmeira anã, a que chamam guaricanga; são compridas, com a porta mui baixa e sempre situada num dos extremos [...] Cada família acende seu fogo debaixo do mesmo teto e os indivíduos que a compõem dormem à roda dele estendidos em esteiras com os pés para o fogo (GAY, 1863, p. 59 apud BECKER, 1976, p. 216).

Nos documentos do século XX, uma das primeiras descrições foi publicada por Gustav von Koenigswald, que visitou os Kaingang do Paraná entre os anos de 1903 e 1904, e assim descreveu uma casa comunal Kaingang:

Assim que escolheram o lugar abrem uma clareira grande e aproveitam os troncos finos das árvores e palmeiras para construir seus ranchos compridos que servem para acolher diversas famílias. As paredes geralmente possuem 5 m de largura e conforme o número de moradores [até 80 pessoas], 10 a 15 m, e até 30 m e mais de comprimento, em ângulos retos. Os ranchos são construídos com troncos e estacas de madeira que são amarrados entre si firmemente com cipós. Os dois lados pela largura sustentam um telhado baixo formado por vigamento e folhas de palmeira e cuja parte maior não ultrapassa 5 metros. Menos freqüentemente são cobertos de capim e taquaras.²³

O interior das cabanas forma um único compartimento, não existindo paredes internas e repartições. Pelo meio, na direção do comprimento, estende-se um largo corredor, um pouco mais baixo, tendo nos dois extremos uma porta estreita que conduz à saída. As camas das famílias se estendem a pequena distância nos dois lados do corredor no qual sempre, até durante toda a noite, um fogo é conservado. Os que estão dormindo, enrolados em panos, usam como forro uma esteira feita de casca grossa de árvore e folhas de palmeira. Deitam-se com os pés virados para o fogo e a cabeça para a parede externa. Não se faz limpeza no rancho, assim o chão em pouco tempo está coberto de lixo e sujeira, na qual proliferam as pulgas e os bichos de pé ainda mais incômodos. Assim que os insetos se tornam demais, os índios mudam para uma nova cabana, que constroem rapidamente e queimam a outra²⁴.

Finalmente, também confirmando o padrão de construção até aqui descrito em vários documentos, encontramos referências em artigo do capuchinho italiano, Frei Santin da Prade, que integrou uma expedição a uma aldeia Kaingang de São Paulo em dezembro de 1904.²⁵ Segundo Frei da Prade, as casas Kaingang têm 20 a 30 metros de comprimento, por 6 a 8 metros de largura, não tendo janelas, mas apenas duas aberturas baixas e estreitas, uma em cada extremidade da casa. Pelo meio da casa colocam-se os fogos, em linha reta, sendo que o número de fogos indica o número de famílias que moram nela.²⁶

Casas de acampamento

Diferente daquela descrição de casa grande é a que encontramos num importante trabalho sobre os Kaingang de São Paulo, escrito por Henry Maniser, que os conheceu em 1914, poucos anos após o estabelecimento de relações amistosas deles com os funcionários do SPI. Maniser afirma que observou, muitas vezes, o modo de construção de cabanas dos Kaingang, e o descreve, além de reproduzi-las em gravura:

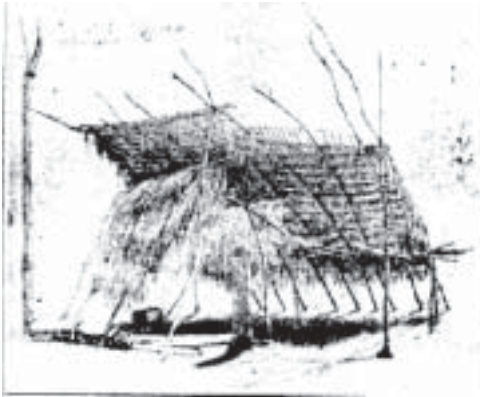
Eles fincam no chão, oblíqua e paralelamente entre si, duas ou três varas. Depois eles cortam uma palmeira nos arredores e trazem as folhas dessa palmeira. Eles empregam essas folhas à guisa de cobertura e as preparam da seguinte maneira: seguram as folhas das palmeiras pelo pedúnculo no alto e, dirigindo-se para sua extremidade, vão rasgando as tiras das folhas à direita e à esquerda, com o polegar. As tiras pendem, assim, livremente retidas pelas fibras do pedúnculo. Segurando-se a folha horizontalmente, as tiras caem e formam uma dupla cortina espessa [ver gravuras 3 e 4]. [...] As folhas assim preparadas são dispostas horizontalmente, do lado exterior, sobre as duas peças fixadas na terra obliquamente, começando por baixo. As folhas são atadas às varas com a ajuda das tiras rasgadas, sem fazer nó, introduzindo as extremidades rasgadas numa fenda qualquer. A folha superior recobre ligeiramente a precedente, como as telhas. Às vezes a cabana é sustentada por uma estaca fincada do lado oposto, ou então se constrói, do outro lado, um outro telhado, de menor dimensão que o primeiro, obtendo assim uma cobertura de dois lados [ver a figura representando a casa].

“Uma série de habitações semelhantes formam uma espécie de corredor, mas cada proprietário tem a sua própria” (MANISER, 1930, p. 766-767).



Gravura 3: Casa Kaigang, em São Paulo

Fonte: Maniser (1930, p. 768).



Gravura 4: Casa Kaingang em São Paulo

Fonte: Maniser (1930, p. 768).

Com pouco menos detalhe, essa informação é a mesma que apresenta Luiz Bueno Horta Barbosa, o Inspetor do SPI em São Paulo quando da “pacificação” dos Kaingang por aquele órgão. Em famosa conferência de 1913, Horta Barbosa afirma:

Os Caingangue constroem suas casas, segundo dois tipos: o primeiro, de uma só água, o segundo de duas. Sobre varas fincadas no chão com uma inclinação de 45 graus, mais ou menos, e apoiadas no terço inferior sobre uma viga horizontal amarram-se outras, também horizontais, com cipó, destinadas a representarem o papel de ripas, e nelas se fixam folhas de coqueiro; tem-se assim uma casa de primeiro tipo, a qual fica completamente desabrigada pela frente e pelos flancos. O outro tipo contrói-se fechando a frente do anterior, por uma outra cobertura feita segundo o mesmo processo; uma dessas duas cobertas, porém, excede superiormente a outra, a fim de obviar ao inconveniente da construção não possuir cumieira; os flancos ficam geralmente abertos, mas às vezes coloca-se em um deles uma terceira tapagem. Sob a influência do que observam no nosso acampamento, já começaram eles a modificar as suas construções, adotando esteios e cumieiras; mas as paredes continuam a ser supridas pelo prolongamento das coberturas até ao solo. Em viagens ou expedições, para caçadas ou outros fins, os Caingangue nunca pernoitam sem antes construírem alguns abrigos rapidamente feitos, segundo o primeiro tipo” (BARBOSA, 1947, p. 59-60).

A descrição de Maniser também encontra semelhança na descrição feita por Piza, anos depois, para o mesmo grupo Kaingang:

Construíram seus ranchos, quase sempre de uma água, perfeitamente orientados contra o vento predominante, dentro de uma clareira, de uma mata rala (*ven*) ou de um roçado ligeiro. O madeiramento principal de cada um compunha-se, geralmente, de três varas finas de 3 para 4 metros, que afincavam, num mesmo alinhamento, distantes de 80 centímetros a um metro da outra, com inclinação suficiente para que as pontas ficassem a mais de um metro e pouco do solo. Entrelaçavam essas com outras, colocadas no sentido horizontal, amarradas sem grande cuidado. Teciam, depois, essa armação com palmas de coqueiro. Servia cada rancho desses para uma família (três ou quatro pessoas) e para a guarda da bagagem de cada uma, que encostavam no fundo (PIZA, 1938, p. 201-2).

É importante levar em conta, porém, que Piza refere-se aos Kaingang de São Paulo em um momento particular de sua história, em que não viviam sossegados, mas perseguidos constantemente pelos brancos, o que fica claro no seu próprio texto, quando escreve:

“Não tendo moradia fixa, não precisavam, por isso, dar a seus ranchos o menor indício de aperfeiçoamento. Eram construções rudimentares, de pouca duração.” Isso explica, por exemplo, que na descrição acima Piza refira que as varas eram entrelaçadas e amarradas “sem grande cuidado”. Isso não faria o menor sentido caso se tratasse de uma moradia com vistas a uma duração maior.

Semelhante a essa, mas principalmente, à de Maniser, é a breve descrição das casas dos Kaingang de São Paulo feita por Geraldo de Paula Souza, de uma visita que fez ao Posto do SPI em 1916:

“Vivem os índios em palhoças toscas, construídas pelos mesmos, à moda antiga. Umas, simples paraventos inclinados, feitos de alguns paus fincados ao solo, recobertos por folhagens; outras, de dois lances, em forma de telhado” (SOUZA, 1918, p. 740).

Veja-se que tal tipo de construção – como um simples “paravento” – era, de fato, a típica construção de acampamento,

isto é, de paragem provisória, por isso, de construção fácil e rápida, como observou Horta Barbosa. Atente-se, por exemplo, às palavras de Edmundo Krug, que encontrou um grupo Kaingang do Jataí (PR) acampado trabalhando para um fazendeiro em São Pedro do Turvo, nas margens do Paranapanema, já no estado de São Paulo. Segundo o arrendatário da fazenda, amigo de Krug, os Kaingang

[...] são grandes amantes da caça e, não podendo obter de vez em quando carne fresca nas imediações do arranchamento, eles, sem dar a mínima satisfação a quem quer que seja, embrenham-se no mato, armam a sua barraquinha perto da beira de qualquer córrego, e lá ficam dias e dias fartando-se de veados, pacas, quatis, antas, tudo enfim que lhe cai nas armadilhas ou lhes passa ao alcance de flecha. A barraquinha aí feita nada mais é do que uma parede de folhas de caiacanga ou palmito toscamente presas a umas ripas de pau fino e roliço e apoiada em dois pontos por outras duas varetas. (KRUG, 1924, p. 321).

Observe-se, finalmente, que Frei Santin da Prade, em expedição a um grupo Kaingang paulista que vivia sem contato com os brancos, ainda em 1904, encontrou casas do padrão descrito por Keller, Bigg-Wither e Borba, entre outros, ou seja, grandes casas fechadas nos quatro lados, com pequenas entradas nas extremidades.

Conclusão

Tudo indica, portanto, que a típica casa Kaingang, anterior às relações com a sociedade brasileira e ainda nos primeiros anos de contato, era aquela casa grande, ocupada por família extensa, descrita, entre outros, pelos autores que acabamos de mencionar. A população de uma casa dessas, segundo Koenigswald (1908, p. 32), podia alcançar o número de 80 pessoas. Em outra avaliação, um cadete da expedição de Afonso Botelho Sampaio e Souza, em 1771, concluiu que três grandes casas que encontraram poderiam abrigar 150 pessoas (cf. CARNEIRO, 1952, p. 92).

É preciso alertar, porém, que a existência de grandes casas parece ter estado, pelo menos em algumas situações, ao lado de construções menores, possivelmente de famílias nucleares. Por exemplo, em 1864, estando a serviço do explorador Manoel Marcondes de Sá na região de Misiones (hoje território argentino), o cacique Vitorino Condá encontrou um toldo Kaingang cuja população julgou ser considerável, uma vez que a aldeia era constituída de treze ranchos e duas casas grandes.²⁷

É possível que tais ranchos ou casas menores pudessem ter funções específicas e/ou provisórias, como por exemplo, para reclusão de viúvos/as, como moradia de pessoas com funções cerimoniais ou não integradas às famílias extensas, ou ainda, em situações provisórias de reunião ou aliança de grupos distintos. Não se descarta, no entanto, que a situação observada por Condá correspondesse a um contexto de mudança de padrões de organização e de habitação no grupo Kaingang em questão.

Notas

* Wilmar R. D'Angelis é lingüista e pesquisador de história indígena do Sul do Brasil. Juracilda Veiga é antropóloga, pesquisadora da cultura Kaingang, tendo defendido dissertação sobre "Organização Social e cosmovisão Kaingang uma introdução à nomenclatura, parentesco e casamento" entre os Kaingang de Santa Catarina. E doutorado sobre Cosmologia e práticas rituais Kaingang. Ambos têm longa experiência indigenista, integram o Núcleo de Cultura e Educação Indígena da ALB (Associação de Leitura do Brasil) e assessoram programas de educação escolar indígena.

¹ As línguas Jê conformam a maior família do tronco lingüístico Macro-Jê. Os povos Jê mais conhecidos são, no centro e norte do Brasil, os Xavante, os Xerente, os Kayapó, os Apinajé, os Krahô, os Suyá etc. No Sul do Brasil, os Jê estão representados pelos Kaingang e pelos Xokleng (SC).

² É bom lembrar que os Kaingang tiveram contatos amistosos com membros das sociedades européias primeiramente em algumas missões jesuíticas no Paraná e no Rio Grande do Sul na primeira metade do século XVII, mas que terá durado por pouco tempo. Depois disso, somente no século XIX se estabeleceram relações amistosas entre grupos Kaingang e comunidades européias, inicialmente na região central do atual estado do Paraná (Guarapuava, 1812) e posteriormente ampliando-se para os atuais estados de Santa Catarina (Palmas e Xapécó, 1937-38), Rio Grande do Sul (1846) e, finalmente, São Paulo (Rio Feio 1912).

³ Os restos dessas antigas ocupações humanas são chamados pelos atuais habitantes da região sul do Brasil de "foges", "fojos" ou "buracos de bugre". Os sítios arqueológicos dessas casas costumam aparecer dentro do mato ou no campo com mato próximo; algumas estão dentro de plantações atuais, o que coopera para sua destruição" (SCHMITZ et al., 1988, p. 81).

⁴ Nos conjuntos de casas subterrâneas, como normalmente elas parecem ocorrer, encontram-se também algumas de menor diâmetro (SCHMITZ et al., 1988, p. 15-19), e casos de até 17 m de diâmetro (SCHMITZ 1988, p. 90). Estudo coordenado por Pedro Inácio Schmitz (1967, p. 3), mediu 176 casas subterrâneas no planalto nordeste do Rio Grande do Sul, apresentando os seguintes resultados:

nº de casas	diâmetro em metros	nº de casas	diâmetro em metros
0	1 a 1,90	2	8 a 8,90
16	2 a 2,90	7	9 a 9,90
31	3 a 3,90	8	10 a 10,90
22	4 a 4,90	1	11 a 11,90
12	5 a 5,90	3	12 a 12,90
13	6 a 6,90	1	13 a 13,90
8	7 a 7,90	52	sem medir

⁵ Cf. Schmitz e colaboradores 1988, p. 15-19). Em trabalho conjunto de 7 pesquisadores em uma centena e meia de casas subterrâneas do planalto riograndense, publicado sob coordenação de Pedro Schmitz, afirmam os autores que "a profundidade original das casas deve ter variado de 2,80 a 5 metros, se considerarmos apenas a parte que esteve dentro do solo" (Schmitz e colaboradores 1967, p. 3).

⁶ Cf. Schmitz (1988, p. 90).

⁷ Cf., por exemplo, Schmitz e colaboradores (1988, p. 25) e Schmitz (1967, p. 6).

⁸ Cf. Schmitz (et al., 1988, p. 15-19).

⁹ Na publicação coordenada por Schmitz, já mencionada, relaciona-se o número de casas encontradas em cada um dos 34 sítios visitados, apresentando o seguinte quadro (cf. SCHMITZ 1967, p. 4):

nº de sítios	nº de casas
13	1
9	2
2	3
1	5
2	6
2	7

nº de sítios	nº de casas
1	9
1	11
1	14
1	21
1	36

¹⁰ Cf. Prous (1992, p. 312).

¹¹ Cf. Prous (1992, p. 316).

¹² Essas datações arqueológicas admitem uma margem de erro de mais ou menos 90 anos.

¹³ Cf. Schmitz (1969) e Chmyz (1981).

¹⁴ Não é sem importância a informação mitológica, comum aos povos Kaingang e Xokleng, da origem subterrânea de seus pais fundadores (cf. BORBA, 1908; HANKE, 1942).

¹⁵ “Carta Chorográfica que contem a entrada que mandou fazer o Governador e Capitão General Dom Luiz Antonio de Souza comandada pelo Tenente Coronel Affonço Botelho, em que descobriu os Campos de Guarapuava, penetrando até os alojamentos do gentio Xaclan.”. (MARTINS, 1915, p. 26-27).

¹⁶ Referimos esses contatos como “mais ou menos” amistosos porque, de fato, logo após a chegada da Real Expedição de Conquista de Guarapuava àqueles campos, em junho de 1810, um grupo de 30 a 40 Kaingang tentou contatos amistosos e possível aliança com os novos ocupantes. Sentindo recusada sua proposta de aliança, o mesmo grupo ataca impiedosamente a guarnição militar, na madrugada de 29 de agosto, mas são rechaçados pelo grande poderio de fogo dos portugueses, que contavam inclusive com canhões. Depois disso, apenas em 1812, com a captura de um chefe Kaingang, um grupo desse povo acaba aceitando relacionar-se pacificamente com os portugueses.

¹⁷ A Real Expedição e Conquista de Guarapuava foram ordenadas pelo Aviso Régio de 1º de janeiro de 1809, e é nesse aviso que se ordena “remeter para os Campos de Guarapuava todos os criminosos e criminosas que forem sentenciados ao degredo” (MACEDO, 1951, p. 100).

¹⁸ Cf. Lima (1842), Lima ([1821] 1943).

¹⁹ A medida é inglesa. Um pé equivale a 12 polegadas, o que dá aproximadamente 30,48 cm. Adiante, no texto, todas essas medidas são transformadas em metros.

²⁰ 30 polegadas = aproximadamente 75 cm.

²¹ Cf. Fernandes (1946, p. 249).

²² De 60 a 90 cm.

²³ Koenigswald reproduz, em seu artigo, uma foto de duas casas Kaingang do oeste do Paraná, a ele cedida por Francisco Heiler, que a obteve em viagem àquele estado em 1872. Infelizmente, a qualidade de nossa cópia não nos permite reprodução da foto, mas podemos atestar que corresponde exatamente à descrição de Bigg-Wither, transcrita acima.

²⁴ Koenigswald (1908, p. 32), tradução editada por Lígia Simonian, “Os Coroados no Sul do Brasil” ver Koenigswald (s/d, p. 5) - com correções nossas.

²⁵ É interessante notar que esse contato com um grupo Kaingang, organizado por capuchinhos italianos, deu-se quase dez anos antes dos primeiros contatos pacíficos estabelecidos pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI) com os Kaingang paulistas, em 1912.

²⁶ O trecho, em italiano, do Frei Santin da Prade diz o seguinte: “Le aldee sono lunghe 20 - 30 m., larghe 6 - 8 m.; non hanno finestre, ma solo due aperture basse e strette alle due estremità. In esse trovansi più fuochi, disposti in linea retta sotto il colmo, ed indicano il numero delle famiglie che vi dimorano” (PRADE, 1906, p. 46).

²⁷ Cf. Relatório de Manoel Marcondes de Sá. Guarapuava, 25 de novembro de 1864. 37 pgs. Anexo à carta de André Augusto de Pádua Fleury ao Senhor Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá. 1864. Arquivo Histórico do Itamarati. Lata 272, Maço 4, Pasta 7, Doc. nº 1. No norte do Rio Grande do Sul, o engenheiro Pierre Mabilde também descreveu, numa circunstância de um grupo indígena em constante deslocamento, um padrão de casas pequenas: “Os ranchos de beira do chão, cuja construção é conhecida, são de tamanhos diversos e proporcionados ao número de indivíduos que deve conter. Em geral, têm mais

ou menos de 15 a 25 palmos de comprimento, 10 palmos, mais ou menos, de altura, e de 10 a 12 palmos de largura, na base" (MABILDE, [1836-1866], p. 1983:39).

Referências

BARBOSA, Luiz Bueno Horta, A pacificação dos índios Caingangue paulistas. Hábitos, costumes e instituições desses índios. *Publicação nº 88 da Comissão Rondon*, Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Proteção aos Índios, pp. 33-72, 1947.

BECKER, Ítala Irene Basile. O índio Kaingáng no Rio Grande do Sul. *Pesquisas, Antropologia*, São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, n. 29, 1976.

BIGG-WITHER, Thomas P. *Novo caminho no Brasil meridional: a província do Paraná. Três anos de vida em suas florestas e campos - 1872/1875*. Trad. Temístocles Linhares. Rio de Janeiro/Curitiba: José Olympio/Universidade Federal do Paraná. Edição original sob o título: *Pioneering in South Brazil. Three years of forest and prairie life in the Province of Paraná*. London: John Murray, Albemarle Street, 1878, [1974].

BORBA, Telêmaco. Breve notícia sobre os índios Caingangs, acompanhada de um pequeno vocabulário da língua dos mesmos indígenas e da dos Cayguás e Chavantes. *Revista Mensal da Seção da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil*, Rio de Janeiro, II:20-36, 1883.

_____. *Atualidade Indígena*. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1908.

CARNEIRO, Daví. Descobrimento dos Campos de Guarapuava. *Investigações*, São Paulo: Departamento de Investigações, (39):65-92, 1952.

CHMYZ, Igor. *Relatório das pesquisas arqueológicas realizadas na área da Usina Hidrelétrica de Santo Santiago (1979-80)*. Florianópolis/Curitiba: Eletrosul, IPHAN, 1981.

CIMITILE, Luiz. Frei. Memória dos costumes e religião dos índios Camés ou Coroados que habitam a Província do Paraná. *Revista Paranaense*, Curitiba, pp. 274-287, 1882.

FERNANDES, Loureiro. Telêmaco Borba (o etnógrafo paranaense). *Revista da Academia Paranaense de Letras*, Curitiba, (12):248-251, 1946.

GAY, João Pedro, Cônego. *História da República Jesuítica do Paraguay*. Rio de Janeiro: Typ. de Domingos Luiz dos Santos, 1863.

HANKE, Wanda. La génesis de los Caingangues de Sta. Catarina, Brasil. *Arquivos do Museu Paranaense*. Curitiba, v. VI, p. 74-97, 1947.

HENSEL, Reinaldo (Reinhold F.). Os Coroados da Província brasileira do Rio Grande do Sul. *Revista do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, (20):65-79, 1928.

KELLER, Franz. Noções sobre os indígenas da Província do Paraná. Manuscrito de 1867 sob guarda do Arquivo Nacional. *Boletim do Museu do Índio*, Rio de Janeiro, 1974, (1):9-29.

KOENIGSWALD, Gustav von. Die Corôados im südlichen Brasilien. *Globus*, Braunschweig, 94, (1-2):27-32; p. 45-49, 1908.

_____. Os Corôados no Sul do Brasil. Tradução sob responsabilidade de Lígia Simonian. Ijuí, s/d.

KRUG, Edmundo. Os índios das margens do Paranapanema. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v. XXI:317-347, 1924.

LIMA, Francisco das Chagas. Memória sobre o descobrimento e colônia de Guarapuava. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, IV, (13):43-64, 1842.

_____. Estado atual da conquista de Guarapuava no fim do ano de 1821. In: A.M. Franco. *Diogo Pinto e a conquista de Guarapuava*. Curitiba: Museu Paranaense, 1943:233-268.

MABILDE, Pierre François Alphonse Booth. *Apontamentos sobre os indígenas selvagens da nação coroados dos matos da Província do Rio Grande do Sul*. São Paulo/Brasília: Ibrasa/INL/Fundação Nacional Pró-Memória, 1983.

MACEDO, F. R. Azevedo. *Conquista pacífica de Guarapuava*. Curitiba: Gerpa, 1951.

MANISER, Henry H. Les Kaingangs de Sao Paulo. *23th International Congress of Americanists* (1928). New York, 1930:760-791, 1930.

MARTINS, Romário. *Alguns mapas dos séculos XVII a XIX*. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1915.

MELIÁ, Bartomeu. *O índio no Rio Grande do Sul*. Frederico Westphalen: Coordenação de Pastoral Indígena Interdiocesano Norte do RS, 1984.

PIZA, Marcelo. Notas sobre os Caingangs. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo, v. 35:199-209, 1938.

PROUS, André. *Arqueologia brasileira*. Brasília: Editora da UnB, 1992.

ROHR, João Alfredo. Sítios arqueológicos de Santa Catarina. *Anais do Museu de Antropologia da UFSC*. Florianópolis: Museu de Antropologia da UFSC, (17):77-168, 1984.

SCHMITZ, Pedro Inácio. Algumas datas de Carbono 14 de casas subterrâneas no planalto do Rio Grande do Sul. *Pesquisas, Antropologia*, São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, (20):163-167, 1969.

_____.As tradições ceramistas do Planalto Sul-Brasileiro. *Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil. Documentos 02*, São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, pp. 75-130, 1988.

SCHMITZ, Pedro Inácio (Coord.). LA SALVIA, F.; NAUE, G.; BECKER, I. I. B.; BROCHADO, J. J. J. P.; ROHR, J. A.; RIBEIRO, P. A. M. Arqueologia no Rio Grande do Sul. *Pesquisas, Antropologia*, São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, (16):1-65, 1967.

SCHMITZ, P. I.; BECKER, Í. I. B.; LA SÁLVIA, F.; LAZZAROTO, D.; RIBEIRO, P. A. M. *Pesquisas sobre a Tradição Taquara no nordeste do Rio Grande do Sul*.

Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil, Documentos 02, São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, pp. 5-74, 1988.

SOUZA, Geraldo H. de Paula. Notas sobre uma visita a acampamentos de índios Caingangs. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, X: 739-769, 1918.

Abstract

This text, we wrote in 1998 to attend, at first place, to concerns of indigenous teachers of Rio Grande do Sul. It presents a description of the most usual kinds of houses, nowadays, in the Kaingang indigenous areas and, specially, it deals with a bibliographical revision that clarify what kind of residence would be the typical house of the Kaingang in the past. We worked with almost twenty direct sources and, besides, we interpret the archeological research relative to the matter.

Keywords: Kaingang camping, habitation, Funai.